



# LGBT + NEGRAS: CONHECIMENTO E POLÍTICAS EM REVISTA

Joílson Santana Marques Jr.\*

**Resumo:** A partir da percepção teórica e da vivência do ser negro e gay, percebemos a interação dessas categorias e do que elas significam enquanto construção de identidade, bem como a maior ou menor vulnerabilidade em relação ao preconceito e às especificidades dessa população que enfrenta uma discriminação intercalada. As políticas LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) têm em alguma medida articulado essas questões. A partir desses aspectos procuramos: 1) revisar os marcos regulatórios das políticas LGBT, de âmbito nacional, identificando seu enlace com a luta antirracista; 2) mapear na Revista Estudos Feministas a temática racial e de diversidade sexual e de gênero. Concluímos que alguns avanços tem ocorrido em relação a publicização de questões relacionadas ao ser LGBT negro, mas há indícios de haver ainda pouca produção de conhecimento sobre o tema.

**Palavras-chave:** LGBT+Negra. LGBT+fobia. Diversidade sexual. Gênero. Racismo.

## **LGBT + Black: knowledge and policies in review**

**Abstract:** From the theoretical perception and experience of the black LGBT being, I was perceiving the interaction of these categories and what they mean as identity construction, the greater or lesser vulnerability to prejudice, and the specificities of this population that must face discrimination intercalated. LGBT policies (Lesbian, Gay, Bisexual, Transvestite and Transsexual) have, to some extent, articulated these issues. Based on these two aspects, we seek to 1) review the national regulatory frameworks for LGBT policies, identifying their link with the anti-racist struggle; 2) map in the Revista Estudos Feministas racial and sexual diversity and gender thematic. We conclude that some advances have occurred in relation to the publicity of issues related to being LGBT black, but there is evidence of a little production of knowledge about the subject.

**Keywords:** LGBT + Black. LGBT + phobia. Sexual diversity. Gender. Racism.

\* Doutorando PPGSS/UFRJ (Bolsista CNPQ); Pesquisador associado ao Programa de Estudos e Debates dos Povos Africanos e Afro-Americanos – PROAFRO UERJ – email: joutromundo2000@gmail.com

## **1 INTRODUÇÃO**

Propomos nesse artigo analisar a produção de conhecimento sobre LGBT+<sup>1</sup> negras<sup>2</sup> que tem sido produzida em periódicos acadêmicos. Para realizar esse objetivo, entendemos ser importante discutir alguns aspectos da invisibilização da produção de conhecimento e imagens

sobre negros LGBT+, assim como identificar as políticas de âmbito nacional voltadas para a diversidade sexual e de gênero que se articulam em dimensão étnico/racial, e por fim analisar se e/como vem se apresentando uma produção de conhecimento a respeito de negras LGBT+.

Para isso, recorreremos à revisão bibliográfica em uma revista que discute gênero, feminismo e diversidade e a análise de alguns documentos legais que instituíram<sup>3</sup> políticas nacionais de diversidade sexual e de gênero.

Buscamos ainda apresentar alguns marcos regulatórios de políticas LGBT de âmbito nacional que incluíram em seu escopo a dimensão étnico/racial. Essa análise se dá em função desta articulação, portanto, não é nossa proposta discorrer sobre a implementação ou não desses marcos, uma vez que isso fugiria ao nosso objetivo e não seria possível realizar nessas breves páginas.

Importante destacar que a discussão empreendida neste trabalho se debruça sobre relações raciais, racismo e questão racial concernente a negras e negros, não porque esses temas se refiram apenas a esse grupo, e apesar de nos direcionarmos para este grupo específico, isso não significa ignorar, ou mesmo minorar, as desigualdades colocadas para outros grupos étnico/raciais. Trata-se de uma questão de recorte de pesquisa, trajetória de estudos e identificação do pesquisador a opção de focalizar a população negra.

O texto está dividido em duas seções: a primeira refere-se a discussão de como racismo e homofobia têm se expressado, e se articulado de maneira mais específica, em relação a negras LGBT+; junto a isso, procuramos demonstrar os passos iniciais da legislação LGBT, de âmbito nacional, que tem buscado contemplar a luta antirracista.

Na segunda seção realizamos um breve mapeamento na Revista de Estudos Feministas (REF), para conhecer, se e como vem se apresentando esta discussão em uma revista acadêmica, de referencia nacional e internacional, e uma das pioneiras nos debates de feminismo, gênero, sexualidade, entre outros.

## **2 NEGRAS LGBT+: MIRADAS SOBRE CONHECIMENTO, ESTEREÓTIPOS E POLÍTICAS**

A produção de conhecimento sobre o negro não é nova no Brasil, visto que o negro tem sido *objeto* do estudo e conhecimento dos mais variados campos da ciência, desde o período do Império até os dias atuais.

Contudo, a produção visibilizada sobre sujeitos negros ainda é marcada por um olhar que o vê como objeto, e não sujeito da produção de conhecimento. É fato conhecido que alguns dos mais famosos estudos sobre racismo e relações raciais, que se referem à população negra, ainda é de sujeitos brancos. E ainda que muitos desses estudos não possuam posicionamentos racistas, em vários momentos seus autores divergiram sobre as demandas colocadas por essa mesma população no cenário nacional, como, por exemplo, durante as discussões em torno da adoção do sistema de cotas raciais nas universidades públicas, quando foi entregue ao parlamento um manifesto contrário a essa reivindicação dos movimentos de negras e negros, no qual figuravam vários nomes de intelectuais que discutiam relações raciais<sup>4</sup>.

Ainda que tenhamos de relativizar as posições políticas que envolveram essa decisão, aparece nesse exemplo o problema da produção de conhecimento, e a relação sujeito/objeto, isso porque uma produção sobre negros não necessariamente redundará em pareceres favoráveis às demandas históricas, postas pelos movimentos negros; uma produção sobre negros não é igual a uma produção negra; produzir sobre negros não significa colocá-los como sujeitos dessa produção.

Por outro lado, em relação aos LGBT+ a produção de conhecimento sobre esses sujeitos tem tido a marca inversa, pois trata-se de atribuir ao pesquisador o “estigma” do ser LGBT+. E, ao mesmo tempo, há um certo olhar sobre essa produção que lhe confere um lugar de menos valia, na medida em que parece um tema comportamental, pertencente ao estilo de vida. Obviamente esta leitura tem se modificado ao longo dos anos, mas ainda há dificuldade em entender esses estudos como *sérios*<sup>5</sup>.

De qualquer forma, os campos de estudos sobre populações negras e LGBTs vivem proximidades, primeiro, por terem como tema de suas pesquisas sujeitos estigmatizados, discriminados e tratados de modo desigual nos mais variados âmbitos da vida. O seu nascedouro enquanto pesquisa é no mesmo berço dos estudos eugênicos e criminológicos, com bases

extremamente racistas e sexistas, que identificavam negros como potenciais marginais e homossexuais como desviantes e/ou doentes. Portanto, e de certo modo, no Brasil, o tipo de ciência que se desenvolveu a partir dessas identidades subalternizadas ocorreu principalmente associando negros ao crime e à *perversão* sexual. E a *perversão* sexual, particularmente a homossexualidade, ao crime (GREEN, 2000).

Historicamente os estudos caminharam por e para estradas diferentes e também incluíram o seccionamento da identidade negra em relação às identidades LGBTQ+. Mesmo considerando fatos importantes, como o reconhecimento do racismo pelo Estado brasileiro em 1995, e as discussões teóricas sobre o racismo como processo social e parte fundamental das relações sociais no Brasil, ainda assim, persiste a resistência em tomar as relações raciais como categoria de análise intercessora nos estudos em geral, e no que nos interessa nessa pesquisa, nos estudos que tratam de diversidade sexual e de gênero. Isso posto, percebemos que mesmo as pesquisas que se propõem a coletar o dado étnico/racial, nem sempre transformam esse dado em parte determinante de sua análise, ou seja, o tornam um elemento de constatação, não analítico.

Por outro lado, desde a década de 1980<sup>6</sup> tem sido desenvolvidos estudos que demonstram a importância e o impacto do racismo na construção das desigualdades sociais, enquanto na última década uma crescente de estudos relacionados à violência letal e possível genocídio da população negra. No entanto, esse esforço ainda tem dificuldade em ser compreendido como parte da análise, não da vida dos negros, mas da sociedade brasileira.

Portanto, quando estamos tratando da discussão de LGBTQ+ não podemos prescindir da questão racial negra. Para além do que signifique a discussão das identidades, é preciso compreender que os nossos modelos de gênero e sexualidade foram moldados a partir das referências do modelo escravista, cujo centro era a objetificação de corpos negros (PINHO, 2004). É pouco provável pensar que os estudos cujo foco são as diversidades sexual e de gênero possam abrir mão de olhar esse ângulo da realidade.

Nossos modelos de feminino e masculino, nossa leitura sobre o sexo estão profundamente impregnados por essa história, mas não como um passado distante, basta olharmos o lugar ocupado por corpos negros e suas representações na mídia<sup>7</sup>. Há uma série de estudos que mostram o lugar que negros ocupam imagetivamente, e como persiste uma série de estereótipos e preconceitos<sup>8</sup>.

No que se refere à mídia direcionada para LGBTQ+, esse referencial não muda muito, ao contrário, basta ver os sites especializados ou mesmo os *folders* de divulgação de boates: neles, ora negras e negros são invisibilizados, ora são apenas um corpo *objeto*<sup>9</sup>.

Do mesmo modo, não são poucos os relatos de reprodução de racismos sexistas em aplicativos de namoro ou sexo, onde a forma como os corpos negros são vistos nestes espaços virtuais remetem, muitas vezes, à visão de compradores de escravos. Nesse sentido, pensar a produção de conhecimento acerca de LGBTQ+ negras é necessário para compreender quais são e como vem sendo incorporadas as questões referentes a esse grupo.

Antes, porém, faz-se necessário identificar algumas iniciativas em marcos regulatórios das políticas LGBTQ+ de cunho nacional, que articularam demandas raciais, isso porque tais políticas contribuem com a publicização e a visibilidade desta população, o que pode incitar a produção de conhecimento.

O Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLTB) e de Promoção da Cidadania Homossexual, conhecido como Programa Brasil sem Homofobia (BSH), cuja institucionalização ocorreu em 2004, tinha como objetivo o combate à discriminação da população LGBTQ+, bem como a valorização da diversidade sexual e de gênero. O referido programa tornou-se um marco significativo de avanço em relação às políticas sociais para pessoas LGBTQ+ (BRASIL, 2004).

A partir de uma pauta de luta encaminhada pelo movimento homossexual brasileiro, assim denominado até a década de 1990<sup>10</sup> (e pelo atual movimento LGBTQ+), observamos a construção de reivindicações de políticas públicas voltadas para o combate à discriminação e homofobia e, em seguida, a reivindicação por políticas afirmativas para a população LGBTQ, no sentido de garantir direitos e cidadania.

Lima (2007, p. 4) considera que “incluir a orientação homossexual entre as características que não se pode discriminar, pode levar a se considerar a homossexualidade como uma fonte

positiva de direitos humanos, conduzindo a ações afirmativas ou práticas semelhantes”. Nesse sentido, a institucionalização do BSH buscou a ampliação da cidadania a uma parcela da população historicamente discriminada, isso porque seus eixos de ação contemplam desde direitos como saúde e educação, até cooperação internacional, em um esforço de capilarizar as diferentes demandas de cidadania LGBT+ nas mais diversas políticas.

Assim, intentou-se romper com as discriminações ensejadas no interior das políticas de padrão universalista, ao colocar como necessidade o olhar sobre as especificidades que transversalizam os diferentes sujeitos atendidos por essas políticas.

Contudo, o programa não foi acompanhado de uma estrutura orçamentária executiva própria, suas ações ficando, por um lado, a cargo da possibilidade de desenvolvimento nos diversos ministérios e secretarias, por outro, sem um órgão que centralizasse a coordenação e execução dessas ações. Assim a transversalidade acabou por redundar em pulverização<sup>11</sup>.

Ainda assim, foi no BSH que se destacou a inclusão da discussão antirracista como um dos eixos de ação das políticas para LGBT+. Em seu décimo-primeiro artigo estabelece uma ‘política contra o racismo e a homofobia’ e elenca as seguintes ações:

Apoiar estudos e pesquisas sobre a discriminação múltipla ocasionada pelo racismo, homofobia e preconceito de gênero; criar instrumentos técnicos para diagnosticar e avaliar as múltiplas formas de discriminação combinadas com o racismo, homofobia e preconceito de gênero; Monitorar os Acordos, Convenções e Protocolos internacionais de eliminação da discriminação racial garantindo o recorte da orientação sexual; Estimular a implementação de ações no âmbito da administração pública federal e da sociedade civil, de combate à homofobia e inclua o recorte de raça, etnia, e gênero; Apoiar a elaboração de uma agenda comum entre o movimento negro e movimentos de homossexuais e a realização de seminários, reuniões, oficinas de trabalho sobre a temática do racismo e da homofobia. (BRASIL, 2004, p. 26)

A racialização de tais políticas, a nosso ver, procura romper com a violência imposta pelo silêncio e pelo anonimato que envolve, de forma mais acirrada, a população negra, cuja orientação sexual e/ou identidade de gênero diverge das formas hegemônicas. Esse eixo expressa uma primeira iniciativa de explicitar que sujeitos LGBT+ negras podem sofrer racismo, por parte inclusive dos membros da própria comunidade LGBT+, assim como podem sofrer Lgbtobia em seu grupo racial.

Em 2010, instituiu-se a Política Nacional da Saúde Integral da População LGBT, a partir de um processo iniciado na I Conferência Nacional LGBT, através das propostas para a saúde, consignadas em seu relatório final, que posteriormente deu origem ao Plano Nacional de Políticas para LGBT, e que por fim, redundou na construção da referida política, não sem tensões, vide o tempo que transcorreu entre a Conferência e a aprovação da política (DUARTE, 2014).

O objetivo principal da política é propiciar acesso e atendimento integral em saúde para pessoas LGBT, de acordo com os princípios de equidade e integralidade preconizados pelo SUS (BRASIL, 2013). E dentre seus objetivos específicos destaca-se em relação às LGBT+ negras:

I - instituir mecanismos de gestão para atingir maior equidade no SUS, com especial atenção às demandas e necessidades em saúde da população LGBT, incluídas as especificidades de raça, cor, etnia, territorial e outras congêneres; IV - qualificar a informação em saúde no que tange à coleta, ao processamento e à análise dos dados específicos sobre a saúde da população LGBT, incluindo os recortes étnico-racial e territorial; V - monitorar, avaliar e difundir os indicadores de saúde e de serviços para a população LGBT, incluindo os recortes étnico-racial e territorial (BRASIL, 2013, p. 20)

Nesses objetivos já se estabelece a intersecção com a questão racial, uma vez que tais ações devem atender a uma produção de conhecimento e informação que considere as particularidades dos Afrolgbt+<sup>12</sup>. Assim, embora não possamos afirmar que esses objetivos têm sido cumpridos, ou em que medida (uma vez que não é o objetivo deste artigo), podemos dizer que, ao menos,

em princípio, a interseccionalidade entre diversidade sexual e de gênero e luta antirracista está assinalada no marco institucional.

Ainda assim, em balanço anual da Ouvidoria de Direitos Humanos de 2017, na seção sobre denúncias de violência e violação de direitos LGBT, os negros totalizam 40% dos atendimentos contra 27% dos brancos. Soma-se a isso, o Relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, publicado em 2018, que sinaliza que a situação de negras LGBT+, e particularmente mulheres e pessoas transexuais pertencentes a esse grupo sofrem com uma múltipla e correlacionada discriminação. Particularmente, no que se refere ao Brasil, foi ressaltada a violência, inclusive letal, e a enorme desigualdade da população LGBT negra com especial destaque para aquelas pessoas com identidades de gênero que divergem da norma.

Ademais, no contexto pós-golpe de 2016<sup>13</sup>, houve uma onda de retrocessos em termos de direitos e conquistas sociais que se refletiu, entre outras coisas, em ataques às políticas LGBT+. André Shalders, em matéria publicada no portal *GGN Jornal de todos os Brasis*, expõe que houve um corte de 35% nas verbas de políticas para mulheres, negros e LGBT+. Considerando o orçamento historicamente magro dessas políticas, e para quais grupos se direcionam suas ações, percebe-se nitidamente que a motivação do retrocesso é neoliberal conservadora, mas também sexista, racista, misógina e LGBT+ fóbica. Assim, se pensarmos nas pessoas LGBT+ negras, elas estão vulnerabilizadas por todos os ângulos dessa investida reacionária.

Por fim, diante do quadro exposto, concluímos ser importante mapear a produção sobre esse grupo específico, uma vez que constatamos as desigualdades e percebemos a construção de uma demanda na agenda pública que põe em causa a articulação entre racismo e LGBT+fobias, e também o ataque a tais políticas. Logo, é relevante conhecer se, e de que forma, esses debates vêm se apresentando na produção acadêmica.

### **3 OPACIDADE NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: OS AFROLGBT+ EM REVISTA**

Nossa proposta é realizar um levantamento e analisar uma publicação acadêmica que se situa no âmbito das discussões de gênero, sexualidade, diversidades sexuais, estudos *queer* e afins, que têm relevância, e/ou pioneirismo, nessas temáticas. Decidimos realizar um estudo centrado em uma revista, para perceber, mais profundamente, como é possível certa incorporação da temática diversidade sexual, de gênero e relações raciais, com foco na população negra.

Contudo, ressaltamos que: 1) Essa análise não tem uma pressuposição universalizante da produção teórica; 2) Vemos a ampliação do número de revistas que se propõem a discutir gênero, sexualidade e temas afins; 3) O que procuramos são algumas inferências que nos tragam pistas sobre a relação entre produção teórica e LGBT+ negras.

A escolha pela Revista de Estudos Feministas ocorreu, por esta ter sido uma das pioneiras no debate de feminismo, gênero e sexualidade, ainda em atividade, e por ser uma revista de destaque nacional e internacional, assim como uma das referências sobre essas discussões em meio acadêmico, profissional e militante.

A Revista de Estudos Feministas foi lançada em 1992 e para este trabalho mapeamos desde sua edição volume zero, ano zero até a edição de 2017, volume 24, número 3. Cobrimos mais de 25 anos da revista, o que evidentemente, nos fez perceber que o periódico passou por transformações, assim como as conjunturas nacional e internacional.

A Revista de Estudos Feministas iniciou sua publicação subdividida em 6 seções: editorial, dossiê, artigos, encartes, resenha, pontos de vista e colaboradores, e variou os nomes das seções, tais como seções temáticas, debates etc. Também alterou o seu número de edições anuais e em 1992 publicou somente um número. De 1993 até 2004 a edição foi semestral (salvo quando houve números especiais que perfaziam três edições no mesmo ano), e em 2005 iniciou a fase de publicação quadrimestral.

Para o presente estudo, escolhemos abordar o que está nomeado ou caracterizado como artigo na revista, uma vez que essa forma nos coloca diante da produção de pesquisas e reflexões sistematizadas e em contato com muitos resultados de pesquisas ou pesquisas em desenvolvimento.

Optamos também por excluir artigos em línguas estrangeiras, embora saibamos da importância da publicação em outros idiomas no que concerne à circulação e socialização de ideias, mas nesse trabalho nos preocupam as questões relacionadas aos Afrolgbt+ no âmbito

nacional. Consideramos, dessa forma, a circulação interna mais ampla de textos em linguagem nacional. Sendo assim, os dados que seguem não são uma quantificação total dos artigos da revista, mas uma contabilidade, a partir dos critérios que estabelecemos para esse estudo.

Ano	Total de artigos publicados	Artigo LGBT+ negras (ou correlatos)
1992	11	0
1993	29	0
1994	64	0
1995	34	0
1996	26	0
1997	26	0
1998	18	0
1999	13	0
2000	26	0
2001	26	0
2002	27	0
2003	36	0
2004	40	0
2005	30	0
2006	33	1
2007	30	0
2008	47	0
2009	34	0
2010	34	0
2011	39	0
2012	32	0
2013	35	0
2014	27	0
2015	34	0
2016	39	1
2017	32	0
<b>Total</b>	<b>822</b>	<b>2</b>

Quadro 1: Artigos publicados por ano.

Fonte: o autor.

Ao desenhar a tabela optamos por mapear anualmente e excluimos o ano de 2018, por estar em andamento, e não termos acesso aos dados totalizados. A variação no número de artigos na tabela deve-se aos critérios já mencionados e também pela própria variação da revista em termos de número de artigos. Ressaltamos que o acesso aos dados foi facilitado pela política de democratização da revista, uma vez que todos os volumes estão disponíveis no site: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/issue/archive?Issues Page=1#issues>>.

No que tange à forma de mapear, contabilizamos os artigos totais em cada volume, procurando identificar quais se referiam aos Afrolgbt+, porém, na tabela foram expressos os dados anualmente, pois acreditamos que desse modo se torna mais compreensível.

Ainda em relação aos artigos sobre LGBT+ negras utilizamos, para essa classificação, como parâmetro, a inclusão no título das palavras: raça, questão racial, negra, negro, cor, africano, africana, África, relacionadas às palavras: lésbica, gay, travesti, transexual, *queer*, transgênero, não binário, agênero, *gender fluid*, diversidade sexual, diversidade de gênero. Foi utilizado esse mesmo recurso na leitura de resumos.

Segundo o levantamento realizado, de 822 artigos publicados pela revista (excetuados aqueles que estavam fora dos critérios que desenhamos para essa pesquisa) em apenas dois figurava a intersecção LBGT+ negra. Isso, porém, não significa que a revista não tenha trazido debates sobre a questão racial negra, sobre diversidade sexual e/ou de gênero, pois houve 5 dossiês temáticos, ao longo desse percurso, tratando de relações raciais com enfoque na população negra e, além destes, foram publicados mais 31 artigos sobre essa discussão. Do mesmo modo, a diversidade sexual e/ou de gênero foi alvo de 2 dossiês temáticos, sendo ainda, publicados mais 26 artigos sobre o assunto, o que revela que o tema se faz presente na revista.

Embora não possamos afirmar que ambas as temáticas se insiram em paridade com as demais trazidas pela revista, também não é correto afirmar que elas não se fazem presentes, logo o enigma da invisibilização das LGBT+ negras está situado em outro ponto. Parece haver uma dificuldade de enegrecer os estudos sobre diversidade sexual e de gênero e, por outro lado, de reconhecer sujeitos Afrolgbt+ como parte da discussão negra. Aparentemente se revela a dicotomia de leitura que reafirma a ideia do LGBT+ como branco, e do negro como heterossexual e cisgênero, o que também nos informa a dificuldade de enxergar as dimensões entrelaces vividas pelas pessoas em seu cotidiano. Ao produzir invisibilidades também se reproduzem preconceitos e discriminações.

Não questionar uma espécie de primazia compulsória da heteronormatividade para pessoas negras está alicerçada no mito da hipersexualização negra, uma vez que a adesão compulsória às normas sexuais e de gênero surge como expressão *natural* para quem se declara negro ou negra, ou para quem é visto nessa identidade. Assim, mais uma vez, somos sequestrados em nossa liberdade de viver a sexualidade e o gênero, da maneira como melhor nos sentimos e percebemos.

A produção de uma discussão de LGBT+ sem discussão racial negra apaga sujeitos e de modo geral a história, uma vez que dados já mencionados colocam essa parcela da população LGBT+ em situação de maior vulnerabilidade. Ao mesmo tempo, no Brasil, é difícil prescindir da discussão racial para a compreensão das dinâmicas de gênero e sexualidade e, portanto, de diversidade, uma vez que a leitura dos corpos sexuados e generificados perpassa por uma construção altamente racializada, colonial e escravista. Não por acaso, o superfalo de homens negros e o protótipo da mulata gostosa estão nas representações e vivências de negras e negros.

Passemos então à sucinta exposição sobre os dois artigos encontrados:

O primeiro é de autoria de Laura Moutinho, publicado no volume 14, número 1, intitulado: “Negociando com a adversidade: reflexões sobre raça, (homos)sexualidade e desigualdade social no Rio de Janeiro”, ano 2006, que faz parte de uma edição da revista cuja temática se relacionava a transversalidades entre gênero raça/etnia e sexualidade.

O artigo é parte de uma pesquisa mais ampla sobre relacionamentos afetivo-sexuais interracialis entre gays na cidade do Rio de Janeiro. O recorte é o estudo de três jovens homossexuais negros, sendo dois moradores do subúrbio, e um de uma favela carioca. O estudo se debruça sobre o acompanhamento de uma parte da trajetória de vida desses jovens. Seu pressuposto é que esses jovens têm um campo mais amplo de possibilidades em relação a jovens negras e negros e possivelmente do que lésbicas e travestis.

O texto situa a questão da territorialidade e da violência como um importante marcador para as identidades de sexo, gênero, raça e a condição de classe. Há um importante aspecto relacionado ao trânsito desses jovens entre seus locais de origem e a Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, já que o artigo se debruça sobre as interações afetivo/sexuais desses jovens nesta região.

Um dos eixos centrais das falas diz respeito às relações, nomeadas pela autora, de heterocromáticas, em que os jovens expõem a relação com homens brancos estrangeiros, os *gringos*, com algumas dessas relações envolvendo trocas financeiras. Mas, a nosso ver, o que chama a atenção é a recorrente fala dos entrevistados acerca da dificuldade, e/ou não desejo de sair com outros jovens negros, o que comunga com outras falas (de homo/heterossexuais, homens e mulheres) ouvidas pela pesquisadora e são sintetizadas em: “o negro não gosta de outro negro”.

A autora finaliza expondo o que segue:

Suas narrativas parecem apontar para uma nova “sensibilidade social”, como foi destacado por Júlio Simões. Esta relação não foi narrada como parte de uma cena melancólica ou decadente. Não se trata, igualmente, de afirmar qualquer maquiavelismo inserido em um projeto de ascensão social, mas sim de registrar que é esse sujeito social quem possui um conjunto de características relativas ao gênero, à cor, à orientação sexual e à classe que lhe permite uma chance maior de vivenciar e acumular novas e diversas experiências, bem como de aumentar seu capital cultural, econômico e social. Em outras palavras, a análise das trajetórias acima apresentadas permite que se vislumbrem algumas das possibilidades de atuação de indivíduos que vivem em situação de pobreza no Rio de Janeiro. (p.114)

O segundo artigo publicado sobre a temática na revista foi no volume 24 número 1, de Elcio Nogueira Santos e Pedro Paulo Gomes Pereira, sobre o título: “Amores vapores: sauna, raça, e prostituição viril em São Paulo”, tendo como objetivo refletir sobre a racialização em uma sauna de São Paulo. Esse intento é realizado através de processo etnográfico e destaca a visão de dois garotos de programa<sup>14</sup>, sobre como se enxergam e percebem as relações raciais na sauna. Seu pressuposto é de que a sauna revela um espaço de hierarquização racial. É importante pontuar que a sauna estudada pelo autor é um espaço de sociabilidade e encontro sexual de homens que fazem sexo com homens e gays, mas com a característica específica de ser uma sauna de garotos de programa.

O autor<sup>15</sup> inicia o texto trazendo a imagem que provocou sua pesquisa: um grupo de jovens negros vai à sauna e passam mais de quatro horas sem conseguir nenhum tipo de contato com os *michês*. Essa cena provoca o pesquisador, que passa a questionar o porquê daquele episódio, principalmente considerando que segundo o autor, se tratavam de homens jovens e de corpos bonitos.

A partir dessa cena, o texto vai sendo conduzido no sentido de informar sobre o que significa o espaço da sauna para os gays e outros homens que fazem sexo com homens (HSH), principalmente no que se refere à liberdade sexual, mas também quanto à misoginia e homofobia presentes nesse local, uma vez que mulheres são proibidas, assim como não são bem acolhidos gays efeminados. Junto a isso, os autores ainda aludem à tensão público/ privado, no sentido de o acesso à sauna ser mediado pelo pagamento e no anonimato como sinônimo, ou não, de liberdade sexual, uma vez que, pode-se tudo, mas em um local aonde não se é visto.

O texto adentra a questão racial, tanto pela observação da quase ausência de clientes negros na sauna, tanto quanto, segundo o autor, por não haver praticamente nenhum *michê* negro, e principalmente contando com a fala de dois garotos de programa, um aparentemente branco e outro que se autodenomina moreno. Ambos explicitam primeiro o horror em fazer sexo com corpos negros, ainda que esse sexo seja pago, ao mesmo tempo afirmam que negros não querem relações sexuais com outros negros.

Consoante isto, há uma identificação entre negro e pobreza, simbolizada pela palavra penosa, que designa gays pobres e geralmente negros. O próprio autor chama a atenção para esse fato, para afirmar que a classe é altamente racializada no contexto brasileiro.

O autor discute com o entrevistado, que se autodeclara moreno, sobre o significado de “moreno” e pelas falas deste, somadas as suas observações e estudos, infere que o “moreno” acaba por ser análogo a mulata, ambos com sua construção baseada na hipersexualização e objetificação.

Ao conversar com clientes, o autor vai percebendo quão racializados são os corpos desejados; morenos e negros surgem como figuras de maior “fogo”, que suscitam as maiores loucuras no sexo, o que reforça a tese do corpo negro como objeto, ao mesmo tempo, de desejo e de repulsa e, de um modo ou de outro, essa construção perpassa preconceitos de discriminação e exclusão.

Por fim, o autor fecha suas análises com o que segue:

As saunas no Brasil são espaços racializados, quando na denegação do corpo negro, quando o corpo negro surge como fetiche e estereotipado, ou quando a construção do “moreno” mistifica a tensão e o preconceito racial existente. Considerar as saunas exclusivamente como um espaço onde tudo, ou quase tudo, é possível, onde se perdem identidades e referenciais para se viver exclusivamente sobre a égide do desejo, de cunho “transgressor”, de pessoas que se afastam das relações heterossexuais, não pode fazer olvidar os quadros racializados que busquei descrever. Esses “espaços outros” mostram, portanto, que o desejo é racializado. (p.150).

Os dois artigos discutem sexualidade, raça e diversidade, focalizam homens gays ou homens que fazem sexo com homens. Nesse sentido, poderíamos pontuar o encobrimento do feminino, das experiências lésbicas, das transexualidades e de outras experiências de gênero. Obviamente, entendemos que isso não se refere à pesquisa específica desses autores, mas ao sombreamento do feminino, posto que a identidade gay masculina ainda ocupa o centro das diversidades.

Ao mesmo tempo, os estudos de ambos recaem sobre a sexualidade, e esse índice nos diz muito sobre como os corpos negros estão sexualizados. Todavia, há diferenças entre as abordagens e as conclusões que os pesquisadores chegam. Para Nogueira & Pereira, o racismo é considerado central para entender as dinâmicas do desejo, percebido pela inquietação causada ao constatar que em um local de sexo pago há a exclusão de possíveis clientes por critério racial, o que os leva à conclusão de que a sauna reflete o sistema de hierarquização racial brasileira, conclusão com a qual concordamos. O texto de Moutinho, diferentemente, enfatiza os aspectos raciais erotizados de homens gays negros como possibilidade de acessos diferenciados.

Não por acaso, a autora fala do marcador social como algo mais intenso na vivência de seus entrevistados, do que os marcadores raciais, contudo, e ainda que não explore esse dado profundamente, aparecem em seu texto as mesmas falas de abjeção em sair com negros, por parte dos entrevistados. Ao final, de uma maneira ou de outra, o corpo negro ainda está perpassado pela abjeção ou preso na “armadilha” do gosto pelo exótico.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esse breve percurso nos levou a perceber que alguns passos foram dados no sentido da inclusão da questão racial em diretrizes de políticas LGBTQ+. Isso sinaliza positivamente para a incorporação dessa categoria nas políticas para essa população. Não podemos esquecer, no entanto, o contexto em que estamos imersos, no que se refere aos retrocessos em termos de direitos; ainda assim, recentemente, por via da política de igualdade racial, foi lançado um edital para financiamento de projetos; dentre as linhas de financiamento há uma que contempla LGBTQ negros<sup>16</sup>.

Neste contexto, é importante pensar em outras possibilidades de enfrentamento, afirmação e alteração da paisagem monocromática heterossexista, como por exemplo a arte. A (re) existência e visibilidade de artistas que são parte dessa população tais como: Linn da Quebrada, Liniker, Rico da Laçam, entre outros, além de espaços como o Aparelha Luzia<sup>17</sup>, situado em São Paulo, que é definido como quilombo urbano de arte, política, cultura e discussão (gerido por Erica, uma mulher transexual negra) demonstram uma concretude de novas formas de enfrentamento à heteronormatividade branca.

Contudo, ao olharmos esse breve levantamento, percebemos que não só persiste a invisibilização da temática, mas o apagamento dos sujeitos, além de seu fracionamento, ora em pessoas LGBTQ+, ora em pessoas negras. Dessa forma, não se vê a integralidade dos sujeitos, suas dimensões são seccionadas, não só em termos de estudos, mas da própria compreensão da

complexidade das relações sociais brasileiras, uma vez que diversidade sexual e de gênero também são formas construídas por, e nessa sociedade, que é profundamente racializada.

## NOTAS EXPLICATIVAS

- <sup>1</sup> LGBT é a sigla para gays, lésbicas, bissexuais, travestis, e transexuais, o sinal de + simboliza outras identidades dissidentes do ponto de vista do gênero e ou da sexualidade. Quando nesse texto for utilizado de outro modo, se refere à grafia original do texto ou documento consultado.
- <sup>2</sup> Gostaríamos de destacar que nesse texto iremos por vezes utilizar negras LGBTQ+ em defesa de um posicionamento político que visa demonstrar que homens também podem ser incluídos em pronomes femininos. Também alternamos as expressões negras LGBTQ+ e LGBTQ+ negras, Afrolgbt +, para demonstrar que não apoiamos hierarquização de opressões e que buscamos prestigiar a integralidade das diversas dimensões que nos compõem.
- <sup>3</sup> Instituir, aqui, significa ser colocada enquanto diretriz em âmbito nacional, do que propriamente ter um marco regulatório legislativo, uma vez que essas políticas não foram aprovadas em âmbito parlamentar e algumas como o Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGTB e de Promoção da Cidadania Homossexual, popularmente conhecido como Brasil sem Homofobia, sequer foi regulamentado por decreto, demonstrando já as fragilidades de institucionalização (SOUZA, 2015).
- <sup>4</sup> Ver: Folha de São Paulo “confirma a integra dos manifestos contra e a favor das cotas.” Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u18773.shtml>>.
- <sup>5</sup> Mais recentemente a discussão da chamada ideologia de gênero ensejada por: religiosos, profissionais e políticos tem sistematicamente tentado desqualificar os estudos relacionados a gênero/ sexualidade e das diversidades correlatas, sobre um argumento de naturalização e sacralização das relações sexo/gênero (MAIA; ROCHA, 2017).
- <sup>6</sup> Ver: Hasenbalg (1979); Hasenbalg e Gonzalez (1982); Henriques (2001); Paixão (2003, 2010, 2012); Atlas da violência (2017).
- <sup>7</sup> Em 2000 Joel Zito Araújo produziu o documentário fruto de sua pesquisa sobre a representação estereotipagem do negro nas telenovelas brasileiras “A negação do Brasil”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PrrR2jgSf9M>>.
- <sup>8</sup> Ver: Hall (2018); Sant’ Ana (2017); Sodré (2015).
- <sup>9</sup> Pinho (2014) vai discutir justamente o apagamento de negros do contexto estatístico e imaginário da homossexualidade, e particularmente gostaria de situar que há também uma invisibilização histórica das mulheres, e especificamente das mulheres negras, como símbolos da diversidade sexual, como o próprio autor chama a atenção, é a reprodução do racismo no interior da comunidade homossexual. Podemos estender essa análise para as demais identidades não hegemônicas de gênero e sexualidade negras.
- <sup>10</sup> Segundo Facchini (2018) a história do movimento homossexual brasileiro nasce na década de 70 e inicialmente direcionado pelas questões relativas à sexualidade, ao combate a hierarquias baseadas em posições sexuais e numa tentativa de colocar a igualdade entre os membros em primeiro plano. A partir dos anos 90 as identidades dos diferentes sujeitos políticos coletivos que compunham o movimento começam a reivindicar suas especificidades e demandas; essa diferenciação também vai gerando a alteração na sigla do movimento que torna-se primeiro Movimento GLBT, depois da I Conferência nacional GLBT de 2009, se altera para LGBTQ, para aumentar a visibilidade das lésbicas e atualmente usa-se o LGBTQ+ para simbolizar as outras identidades articuladas ao ou pelo movimento, como: intersexuais, queer, transgêneros, assexuais, não binários entre outros.
- <sup>11</sup> A primeira e a segunda Conferência Nacional LGBTQ, respectivamente em 2008 e 2011, não modificaram significativamente esse quadro, e embora tenha sido inaugurado o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBTQ em 2010, ainda assim essa situação prosseguiu com poucas alterações (IRINEU, 2014).
- <sup>12</sup> O termo não branco aqui está sendo designado, pois a política trata de questão racial e étnica, mas não explicita se refere-se apenas a negros. Devemos lembrar que indígenas, ciganos orientais entre outros grupos, podem/são parte da comunidade LGBTQ+, e embora o racismo tenha uma marca no Brasil profundamente anti -negra ele atinge outros grupos de diferentes maneiras.
- <sup>13</sup> Em 2014, após uma manobra jurídico-política, encabeçada por setores conservadores e reacionários em leque, varia de religiosos ao capital financeiro internacional, ocorreu o *impeachment* da presidenta eleita Dilma Rousseff (CARNEIRO, 2016).
- <sup>14</sup> Popularmente nomeados *michês*, termo inclusive utilizado no texto.
- <sup>15</sup> O termo autor esta utilizado no singular em respeito a sua forma original.

---

<sup>16</sup>Este edital foi lançado em 2017 e as orientações estão disponíveis em: <file:///C:/Users/CCS/Downloads/Edital\_2017\_Documento\_Orientador\_SPAA.pdf>.

<sup>17</sup>Ver mais em: <<https://www.facebook.com/aparelhaluzia/>>; [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/01/cultura/1509557481\\_659286.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/01/cultura/1509557481_659286.html)>.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil\\_sem\\_homofobia.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf)>. Acesso em: 28 out. 2008.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. 1. ed. 1. reimp. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
- CARNEIRO, M. E. R. Editorial. *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, v. 29, n. 1, jan./jun. 2016.
- CASTRO SOUZA, C. C. de. Políticas públicas para população lgbt no brasil: do estado de coisas ao problema político. In: JORNADA DE POLÍTICA PÚBLICA INTERNACIONAL, 7, 2015, São Luís. Anais eletrônicos... São Luís: UFMA, 2015. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo7/politicas-publicas-para-populacao-lgbt-no-brasil-do-estado-de-coisas-ao-problema-politico-.pdf>>. Acesso em: 1 jun. 2018.
- COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. *Violencia contra personas lesbianas, gays, bisexuales, trans e intersex en América*. Washington, D.C.: CIDH, 2015.
- DUARTE, M. J. O. Diversidade Sexual, políticas públicas e direitos humanos: saúde e cidadania LGBT em cena. *Temporalis*, v. 14, n. 27, p. 77-98, 2014. Disponível em: <<http://portaldepublicacoes.ufes.br/temporalis/article/view/7209>>. Acesso em: 30 maio 2018.
- FACCHINE, R. História do movimento LGBT no Brasil. Disponível em: <[http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos\\_tematicos/11/frames/fr\\_historico.aspx](http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/fr_historico.aspx)>. Acesso em: 2 jun. 2018.
- GREEN, J. N. *Além do carnaval: homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: UNESP, 2000.
- IRINEU, B. A. 10 anos do Programa Brasil Sem Homofobia: notas críticas. *Temporalis*, Brasília, DF, v. 14, n. 28, p. 193-220, 2014.
- LIMA, A. A negação do negro no meio acadêmico e gay brasileiro. (2006). Disponível em: <<http://www.portalfro.com.br/colunistas/walteey.htm>>. Acesso em: 3 jul. 2007.
- MAIA, M.F.G.; ROCHA, D. Ideologia de gênero na educação: a desqualificação de saberes sujeitados. *Revista Contemporânea de Educação*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 25, 2017.
- MOUTINHO, L. Negociando com a adversidade: reflexões sobre raça, (homos)sexualidade e desigualdade social no Rio de Janeiro. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n.1, p. 103-116, 2006.
- PINHO, O. A Guerra dos Mundos Homossexuais: resistência e contra-hegemonias de raça e gênero. In: RIOS, L. F. et al. *Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids, 2004.
- SANTOS, É. N.; PEREIRA, P. P. G. Amores e vapores: sauna, raça e prostituição viril em São Paulo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 133-154, 2016.